


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **1000559-03.2014.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 15/07/2014 16:33:38 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

GECE ANTUNES GREGÓRIO propõe ação indenizatória contra **VRG LINHAS AÉREAS S/A** (incorporadora da Gol Transportes Aéreos S/A). Reside em São Carlos. Adquiriu passagens de ida e volta de Ribeirão Preto a Cuiabá, com escala na ida em Brasília, e na volta em Guarulhos. Vôo em 14.12.13. Passageiro, apenas seu filho. Tinha autorização judicial. Todavia, ao comparecer no guichê da empresa Passaredo, no dia 14.12.13, em Ribeirão Preto, foi obstado o embarque sob a alegação de que o acordo de transportes entre a ré e a Passaredo não incluía o embarque de menores desacompanhados. Houve muita discussão. Seguranças afastaram o autor e seu filho do guichê. O filho do autor, de 11 anos, em razão da frustração e revolta, veio aos prantos de Ribeirão Preto para São Carlos. A viagem destinava-se a visita do menor à sua genitora e irmã, que residem em Cuiabá. Incluía comemorações de Natal e Ano Novo. Teve que comprar novas passagens aéreas. Perdeu o autor dia de trabalho, em razão do inútil deslocamento a Ribeirão Preto. Foi exposto a situação vexatória. A ré deve indenizá-lo pelos danos morais sofridos.

A ré apresentou contestação intempestiva (fls. 41/49). Sustenta, em preliminar, a ausência de interesse processual, pois o autor teve sua compra cancelada e o valor reembolsado. No mais, no caso houve culpa exclusiva de terceiro. Não houve dano moral indenizável.

O autor ofertou réplica (fls. 72/73).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, II do CPC, pois a ré ofereceu contestação intempestiva, incidindo no processo, os efeitos da revelia, presumindo-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

se verdadeiros os fatos alegados na inicial.

Julgo o pedido imediatamente também com fundamento no art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

A ação é procedente.

O autor comprou passagem para seus filho, de ida e volta de Ribeirão Preto a Cuiabá, com ida em 14/dez e volta em 19/jan (fls. 18/27).

As datas da ida e volta confirmam o alegado na inicial, no sentido de que a finalidade da viagem era de que o filho do autor passasse as férias com a sua mãe e irmã, que residem em Cuiabá.

Que o filho do autor foi impedido de embarcar porque desacompanhado, é fato incontroverso, basta ler a contestação (art. 334, III, CPC). De qualquer maneira, isso é evidente pela prova documental, já que o autor, no próprio dia 14/dez, teve que comprar outra passagem com embarque no dia seguinte, 15/dez (fls. 28/29).

Os dois embarques foram em Ribeirão Preto, o que confirma a afirmação, contida na inicial, de que o autor perdeu dois dias de serviço. Isso está inclusive comprovado por documento, veja-se fls. 36.

Frise-se que, nos dois dias, o autor viajou de ônibus com seu filho, para levá-lo ao aeroporto de Ribeirão Preto (fls. 33/34, 35).

O autor não juntou aos autos cópia da autorização judicial a que fez menção na inicial. Todavia, tal fato – de que tinha a autorização –, além de presumido porque a ré incorreu nos efeitos da revelia, é deduzido da circunstância de que no dia subsequente, 15/12, o filho do autor efetivamente embarcou, de modo que havia tal autorização. Veja-se que a contestação intempestiva não tornou controvertida tala alegação, ante a ausência de impugnação a esse propósito (art. 334, III, CPC).

Sob tal panorama probatório, é certo que a ré, fornecedora, falhou na prestação de serviço ao autor, uma vez que inexistente fundamento para a recusa de embarcar o filho do autor, mesmo que desacompanhado, pois havia autorização judicial, sendo irrelevante a circunstância de a recusa ter partido da empresa aérea Passaredo, pois esta mantém relação de parceria com a ré, que vendeu os bilhetes. Há solidariedade entre os fornecedores (art. 20, CDC).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Veja-se que nos documentos relativos à compra das passagens não consta qualquer informação de que a Passaredo não embarca menores desacompanhados (fls. 18/27).

O ilícito inequivocamente gerou danos morais ao autor, como se extrai das regras de experiência (art. 335, CPC), em razão de todo o transtorno desnecessariamente causado. A título de indenização, segundo parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, será fixado o montante de R\$ 5.000,00.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e CONDENO a ré a pagar ao autor R\$ 5.000,00, com atualização monetária a partir da presente data e juros moratórios a partir de 14/12/13, CONDENANDO-A ainda nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em 15% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 06 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**